



Relatório e Contas | Junho

i m gestão de ativos
sgoic

2026

IMGA Crescimento PPR/OICVM

Fundo de Investimento Aberto de Ações
de Poupança Reforma

Índice

Relatório de Gestão	3
Nota Introdutória	4
Síntese da Evolução dos Mercados	5
Principais Eventos	10
Desempenho Fundos Multiativos e PPR	14
Informação relativa à Gestão do Fundo	16
Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade	18
Eventos Subsequentes	19
Notas Informativas	20
Balanço	31
Demonstração de Resultados	34
Demonstração de Fluxos de Caixa	36
Anexo às Demonstrações Financeiras	38
Relatório de Auditoria	49



i m | g | a |

Relatório de Gestão

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Nota Introdutória

O fundo constitui-se como Fundo de Poupança Reforma, aberto, com duração indeterminada e a denominação de “IMGA Crescimento PPR/OICVM – Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma”, tendo iniciado a sua atividade em 30 de setembro de 2025.

A Categoria FA iniciou a sua comercialização a 25 de setembro de 2025, tendo sido constituída a 30 de setembro de 2025.

A Categoria FR iniciou a sua comercialização a 9 de dezembro de 2025 e constituiu-se a 30 de dezembro de 2025.

As Categorias A e R iniciam a sua comercialização a 1 de janeiro de 2027.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Síntese da Evolução dos Mercados

O primeiro semestre de 2026 foi marcado pela coexistência de um enquadramento económico global resiliente, com o choque geopolítico no Médio Oriente. A escalada do conflito entre EUA/Israel e o Irão, incluindo o encerramento do Estreito de Ormuz, impulsionou os preços da energia e reacendeu riscos inflacionistas, embora o impacto tenha sido mitigado por respostas coordenadas e ajustamentos na oferta.

A atividade económica global abrandou moderadamente, mantendo, no entanto, um perfil resiliente. Os EUA destacaram-se pelo dinamismo do investimento, sobretudo associado à inteligência artificial, enquanto a Europa e outras regiões mais dependentes de energia foram mais penalizadas. A China manteve um desempenho robusto via exportações e os mercados emergentes apresentaram dinâmicas divergentes.

A inflação voltou a acelerar, sobretudo devido à energia, levando os principais bancos centrais a adotarem uma postura mais restritiva e a reverem em alta as expectativas para as taxas de juro. Apesar disso, a inflação subjacente manteve-se relativamente contida, sinalizando efeitos indiretos ainda limitados.

Os mercados financeiros mostraram-se resilientes. As taxas de juro de curto prazo subiram, mas os mercados acionistas registaram ganhos sólidos, suportados pelo crescimento dos lucros e pela temática da inteligência artificial. O dólar apreciou-se e as matérias-primas, em particular a energia, lideraram as valorizações.

Panorama geopolítico

As perspetivas económicas para o ano de 2026 eram consensualmente favoráveis, assentes nos estímulos orçamentais (EUA, Alemanha, China, Japão, etc.), no clima de menor incerteza económica, nos sinais de reaceleração cíclica da manufatura, na expectativa de retoma do rendimento real disponível e no forte investimento na temática da inteligência artificial. Paralelamente, projetava-se uma continuidade da convergência da inflação para o objetivo na área do euro e, em menor medida, nos EUA e no Reino Unido.

Não obstante, a crescente tensão entre os EUA e o Irão e a perceção, pelo eixo EUA/Israel, de fragilidade do regime iraniano, serviram de contexto para ataques coordenados e de larga escala, que vitimaram altas patentes do regime iraniano, incluindo o aiatola e Líder Supremo Ali Khamenei. A retaliação do Irão foi imediata e incluiu mísseis balísticos contra Israel e bases dos EUA na região; ataques a infraestruturas civis (incluindo aeroportos) de países vizinhos vistos como cúmplices dos EUA/Israel e o encerramento do Estreito de Ormuz, uma artéria vital para a economia mundial na perspetiva do fluxo de crude e de gás natural (representa cerca de 25% do fluxo mundial).

Os desenvolvimentos descritos resultaram numa subida significativa da cotação das matérias-primas energéticas, assim como de outros bens afetados pelo conflito no Médio Oriente, e consequentemente, alimentaram

riscos de um choque estagflacionista à escala global.

Ainda assim, o impacto da guerra foi inferior ao inicialmente receado. Apesar de este ter sido classificado como o maior choque energético de sempre, as suas repercussões foram limitadas por atenuantes como a libertação coordenada de reservas estratégicas de petróleo; o desvio de petróleo da Arábia Saudita por *pipeline* para o porto de Yanbu (no mar vermelho); a redução de procura global (em particular pela China) e a continuidade das exportações do Irão através de frotas e rotas não oficiais, mesmo durante a vigência do bloqueio naval dos EUA. Ainda assim, a cotação do Brent evoluiu ao longo de várias semanas acima dos 90\$/barril (atingiu momentaneamente um máximo de 121\$/barril) e o preço do gás natural de referência para a Europa situou-se entre os 45€/MWh e os 60€/MWh entre março e o início de junho.

Após múltiplos avanços, recuos e ameaças, em particular pela Administração Trump, no dia 17 de junho foi assinado um Memorando de Entendimento para a reabertura imediata do Estreito de Ormuz e que traçou as linhas gerais para um cessar-fogo de 60 dias, no qual decorrerão negociações entre os EUA e o Irão, com foco no programa nuclear do Irão.

A proporção e a duração do embargo energético significaram, ainda assim, uma mudança das circunstâncias económicas.

Enquadramento económico global

A economia mundial terá registado algum abrandamento do ritmo de atividade ao longo do primeiro semestre de 2026, com base no impacto da subida dos preços das matérias-primas energéticas, na perda de rendimento real disponível e globalmente em resultado do clima de incerteza. Não obstante, a economia mundial voltou a exibir maior resiliência do que o esperado perante choques exógenos de larga escala, como ocorrera na crise pandémica; em 2022 com a guerra na Ucrânia; com a escalada das tarifas aduaneiras de Trump em 2025 e desta feita com as disrupções no Golfo Pérsico.

O impacto no ritmo de atividade foi diferenciado numa perspetiva geográfica. Na perspetiva da economia dos EUA, embora o clima de incerteza e a subida dos preços dos combustíveis tenham produzido algum impacto no consumo privado entre os meses de março e maio, esse impacto terá sido apenas marginal. Para tal terá contribuído a capacidade/disponibilidade dos consumidores para suprimir os níveis de poupança (em termos agregados), o suporte

dos reembolsos fiscais entre março e abril (superiores em mais de 60\$ mil milhões comparativamente ao ano anterior). Destaque ainda para a retoma cíclica da atividade na manufatura, para a reaceleração do mercado laboral dos EUA e para o impulso associado ao investimento no ecossistema associado à inteligência artificial.

Assim, o PIB dos EUA cresceu 2,1% em cadeia no primeiro trimestre de 2026, o que correspondeu a uma aceleração sequencial face aos 0,5% do trimestre anterior (impactado pelo encerramento dos serviços governamentais). O consumo privado desacelerou para um crescimento anualizado de apenas 0,5%, marcado por um efeito estatístico que afetou os gastos no segmento dos serviços. Inversamente, o investimento em capital fixo somou um trimestre de forte crescimento, beneficiado pela rubrica de investimento em equipamento e em *software* (+15,8% no trimestre) – em parte relacionado com a temática da inteligência artificial. Uma análise mais refinada permite mesmo concluir que entre o último trimestre de 2025 e o primeiro de 2026, o investimento

em setores impulsionados pela inteligência artificial somou uma variação homóloga superior a 18%, que contrasta com a correção de cerca de 8% do investimento em setores não relacionados com essa temática. A forte subida das importações (+11,8%) estará igualmente ligada à aquisição de semicondutores e outros equipamentos ao exterior.

Em oposição, o impacto da crise energética terá sido substancialmente superior noutras regiões, incluindo na área do euro, no Reino Unido e em vários países da Ásia, mais expostos às flutuações das matérias-primas energéticas nos mercados internacionais e em alguns casos mais diretamente dependentes do fornecimento de petróleo e de gás natural da região do Golfo Pérsico. Ainda assim, a perceção é que o ritmo de atividade terá abrandado apenas moderadamente, à luz da evolução dos PMIs e dos indicadores de atividade já disponíveis para o 2º trimestre de 2026.

Mais especificamente no caso europeu, apesar da contração de 0,2% do PIB no primeiro trimestre do ano, essa quebra esteve associada à correção superior a -7%

em cadeia do PIB da Irlanda, decorrente de distorções no comércio internacional introduzidas pelas tarifas aduaneiras da Administração Trump. Excluindo o contributo da Irlanda, o PIB da área do euro teria crescido 0,3% e em média o crescimento nos últimos quatro trimestres teria rondado os 1% em termos anualizados, um registo equivalente ao crescimento potencial da região. A procura externa dirigida às exportações europeias continuou a restringir o ritmo de atividade, compensado pelo contributo positivo da procura doméstica, em particular do consumo privado e dos gastos estatais. Destaque ainda para o acréscimo dos gastos em defesa e em infraestruturas e para o impulso associado à execução dos investimentos relacionados com o NGEU.

A dinâmica económica da China voltou a surpreender pela positiva no primeiro semestre de 2026, à semelhança do ano anterior. Pese embora o menor impulso fiscal comparativamente ao período homólogo, a atividade exportadora voltou a compensar a fragilidade da procura doméstica, em particular do investimento privado.

O agrupamento de economias emergentes exibiu dinâmicas distintas, com os países exportadores de matérias-primas a beneficiarem da subida do preço do petróleo e dos metais industriais, enquanto os países importadores saíram penalizados pela escalada das pressões inflacionistas e respetiva deterioração do rendimento real disponível, assim como pela introdução de medidas de racionamento de combustíveis em países como a Índia, Bangladesh, Paquistão e a Tailândia.

Inflação e política monetária

Se na perspetiva do crescimento o impacto estimado foi relativamente modesto, o mesmo não se verificou na inflação e na perspetiva dos bancos centrais. O contexto inflacionista é hoje materialmente distinto do observado antes do conflito no Médio Oriente. A subida descrita da cotação das matérias-primas energéticas significou uma inversão da trajetória de arrefecimento da inflação à escala global – patente na aceleração da inflação média dos países da

OCDE de 3,35% em janeiro para 4,61% em maio, o que corresponde ao nível mais elevado em praticamente dois anos.

A inflação homóloga dos EUA e da área do euro acompanhou a escalada dos custos energéticos, perçetíveis em acelerações de 1,2pp e de 1,5pp da inflação total, para 4,1% e 3,2%, respetivamente. Importa, no entanto, sublinhar que a dinâmica da inflação subjacente foi substancialmente mais branda que a inflação total, com as respetivas métricas dos EUA e da área do euro a acelerarem “apenas” 0,3pp e 0,4pp entre janeiro e maio. Embora a transmissão integral da subida dos encargos energéticos para a inflação seja um processo com uma duração que se pode estender a 9-12 meses, a expectativa é que a mesma seja apenas moderada e como tal significativamente inferior à verificada no episódio inflacionista de 2022-2023.

Por outro lado, apesar da queda dos preços da energia desde a assinatura do Memorando de Entendimento entre os EUA e o Irão, a reversão foi apenas parcial, persistindo como tal um efeito de base que

significará níveis de inflação acima do objetivo dos bancos centrais pelo menos até ao primeiro trimestre de 2027.

Consequentemente, assistiu-se a uma alteração significativa das expectativas de atuação dos principais bancos centrais. O BCE subiu a sua taxa diretora em junho em 25pb, o que ocorreu pela primeira vez desde 2023, para 2,25%. A decisão fundamentou-se na escalada dos preços da energia, na subida significativa das expetativas inflacionistas e nos riscos de transmissão da energia para as restantes componentes do cabaz inflacionista. No pico da crise, os investidores projetavam pelo menos três subidas de taxas em 2026. As expectativas no final do semestre eram mais brandas, com a incorporação parcial de uma subida adicional de taxas diretoras – ainda assim contrastante das projeções de taxas inalteradas pelo BCE no período pré-guerra.

A dinâmica foi equivalente no caso do Banco de Inglaterra e da Reserva Federal dos EUA. No início de 2026 era projetada uma redução das respetivas taxas diretoras em pelo menos 50pb no decorrer do ano, uma

situação que se inverteu por completo no decorrer do conflito, com a cotação dos futuros a descontar uma subida de 80pb no caso da taxa de referência britânica - encerrando o semestre com um acréscimo esperado de “apenas” 20pb.

No caso da Reserva Federal dos EUA, a confirmação de Kevin Warsh como novo presidente da instituição e a retórica agressiva do banco central na sua primeira reunião de política monetária foram, provavelmente, mais decisivos na perspetiva das expectativas de atuação futura do banco central. Com efeito, a mensagem perentória de Warsh de combate à inflação e de convergência para o objetivo de 2% foi vista como um sinal de resposta agressiva do banco central, a par da convergência de 9 membros do FOMC para um cenário de subidas de taxas diretoras em 2026.

O Banco do Japão seguiu o processo de normalização progressiva da sua taxa diretora, ao subir 25pb na reunião de junho, para 1%, o que corresponde ao nível mais elevado desde março de 1995.

Mercados financeiros

Apesar do clima de incerteza geopolítico e do acréscimo da volatilidade, os mercados financeiros mantiveram-se resilientes, assentes na solidez dos fundamentais macro e microeconómicos, na vaga de investimento em inteligência artificial e no forte crescimento dos resultados empresariais.

A aceleração da inflação e a respetiva postura mais agressiva dos bancos centrais impulsionou as taxas de juro de curto-prazo. No caso europeu, assistiu-se a uma subida de 41pb da taxa de juro a 2 anos da Alemanha no primeiro semestre de 2026, comparativamente superior às maturidades mais longas, que no caso da Alemanha subiram apenas 15pb a 5 anos e permaneceram inalteradas no prazo a 10 anos, face ao nível observado no início do ano, para 2,86%.

A variação de taxas em França, Espanha e Portugal mais pronunciada, o que originou alargamentos, ainda que marginais, dos respetivos spreads face à Alemanha, reflexo do ambiente de menor apetite por risco.

Nos EUA, o movimento da taxa de juro a 10 anos foi ascendente (+30pb), totalmente explicado pela componente de taxa real, num clima de perspetivas económicas mais favoráveis e de aceleração do PIB potencial. Ainda assim, também aqui a evolução da curva de rendimentos foi numa configuração de menor inclinação, com as taxas de juro dos prazos mais curtos a exibirem subidas mais significativas (70pb nos 2 anos e de 50pb na maturidade a 5 anos), associadas ao maior aumento do prémio inflacionista nesses prazos.

Ainda assim, apesar da subida das taxas de juro europeias, o respetivo índice de dívida governamentais valorizou 1,25%, em contraste com o índice de dívida agregada norte-americana, que desvalorizou 0,26% no semestre.

A dívida empresarial europeia manteve-se suportada, com o spread do índice *investment grade* praticamente inalterado (+1pb), o que contribuiu para a valorização de 1,33% nos primeiros seis meses do ano. O desempenho do índice de dívida empresarial europeia de menor qualidade creditícia (*high yield*) foi equivalente, com o

alargamento apenas marginal do respetivo spread (+4pb) e o nível absoluto e taxa de juro (*carry*) subjacente a permitirem uma valorização semestral de 1,83% deste segmento.

O segmento de dívida subordinada de financeiras esteve novamente em destaque pela positiva, com o enquadramento favorável para o setor a possibilitar estreitamentos adicionais dos spreads (30pb no semestre) e um dos retornos absolutos mais pronunciados do segmento de rendimento fixo em euros (+3,47%).

À semelhança do universo europeu, a dívida empresarial *high-yield* dos EUA registou um alargamento apenas marginal do spread no semestre, o que permitiu que o *carry* correspondente da classe permitisse uma valorização de praticamente 2% no período. A dívida empresarial *investment grade* dos EUA desvalorizou marginalmente no semestre (-0,04%).

Ainda no rendimento fixo, a performance da dívida de mercados emergentes, em dólares, esteve em plano de destaque, fruto do *carry* atrativo, com rendibilidades entre

1,5% e 2,3% da dívida empresarial e da dívida soberana no semestre, respetivamente. A trajetória de apreciação do dólar e o enviesamento para emissões com maturidades mais curtas penalizou o segmento de dívida de mercados emergentes em moeda local, que somou uma valorização de apenas 0,84%.

Apesar do menor suporte dos bancos centrais, dos riscos inflacionistas e do clima de incerteza geopolítica, os principais índices acionistas voltaram a somar fortes ganhos nos primeiros seis meses do ano. O perfil de valorização destes índices deveu-se quase em exclusivo às revisões em alta das estimativas de crescimento dos resultados empresariais, o que em oposição a valorizações assentes na expansão de múltiplos, atribui um caráter de maior sustentabilidade dos ganhos observados.

O enquadramento macroeconómico resiliente, a retoma cíclica no setor da manufatura e o entusiasmo dos investidores em torno da temática da inteligência artificial estiveram igualmente entre os principais *drivers* das fortes valorizações dos principais índices acionistas no semestre.

Nos EUA, o Nasdaq valorizou 13,1% no período, tendo as restantes praças norte-americanas somado igualmente ganhos significativos no primeiro semestre do ano, entre as quais o S&P500 (+10,2%). O perfil de ganhos setoriais foi liderado pelos setores industrial (+20,2%), tecnologia (19,8%) e energia (19,7%), enquanto consumo discricionário (-0,8%) e o setor financeiro (-1,3%) estiveram entre os piores. O índice de empresas de menor capitalização bolsista – Russell 2000 – valorizou 22,6% no mesmo período.

Na Europa, o índice MSCI valorizou 10,7%, impulsionado pela valorização das praças italiana (18,2%) e neerlandesa (15,3%), com o índice alemão DAX entre os menos bem-sucedidos (+2,1%) no semestre. Os títulos de menor capitalização bolsista, impactados pelo

impacto económico da guerra e pela subida das taxas de juro, somaram uma valorização semestral de 8,1%.

À escala global, destaque para os fortes ganhos dos índices sul coreano KOSPI (+93.9%) e de Taiwan (+62.6%) e do nipónico NIKKEI (+39%), impulsionados pela temática da inteligência artificial.

Nos mercados cambiais, o dólar dos EUA esteve em plano de destaque contra os seus parceiros comerciais, e encerrou o período com uma apreciação de 2,7%, beneficiado pelo clima de incerteza geopolítica e pelas perspetivas de atuação mais agressiva da Fed, incluindo a especulação em torno da possível redução da dimensão do seu balanço, proposta por Kevin Warsh. Entre os seus principais pares, destaque para a apreciação

de 2,8% face ao euro e de 3,7% face ao iene. Na perspetiva da moeda única europeia, apesar da subida de taxas do BCE, observaram-se ainda assim perdas contra o franco suíço (-0,8%), a libra esterlina (-1,2%) e a coroa norueguesa (-4,5%). A cotação do cabaz representativo das divisas de mercados emergentes ficou praticamente inalterada no primeiro semestre de 2026.

O índice agregado de matérias-primas valorizou 12,3% nos primeiros seis meses do ano, e como habitual, marcado por uma elevada disparidade de performances. O segmento com maiores ganhos foi o complexo energético, com a valorização de 21,2% do *brent*, seguido pelo trigo (16,2%) e pelo zinco (14,3%). Destaque pela negativa para a prata (-18,2%).



Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

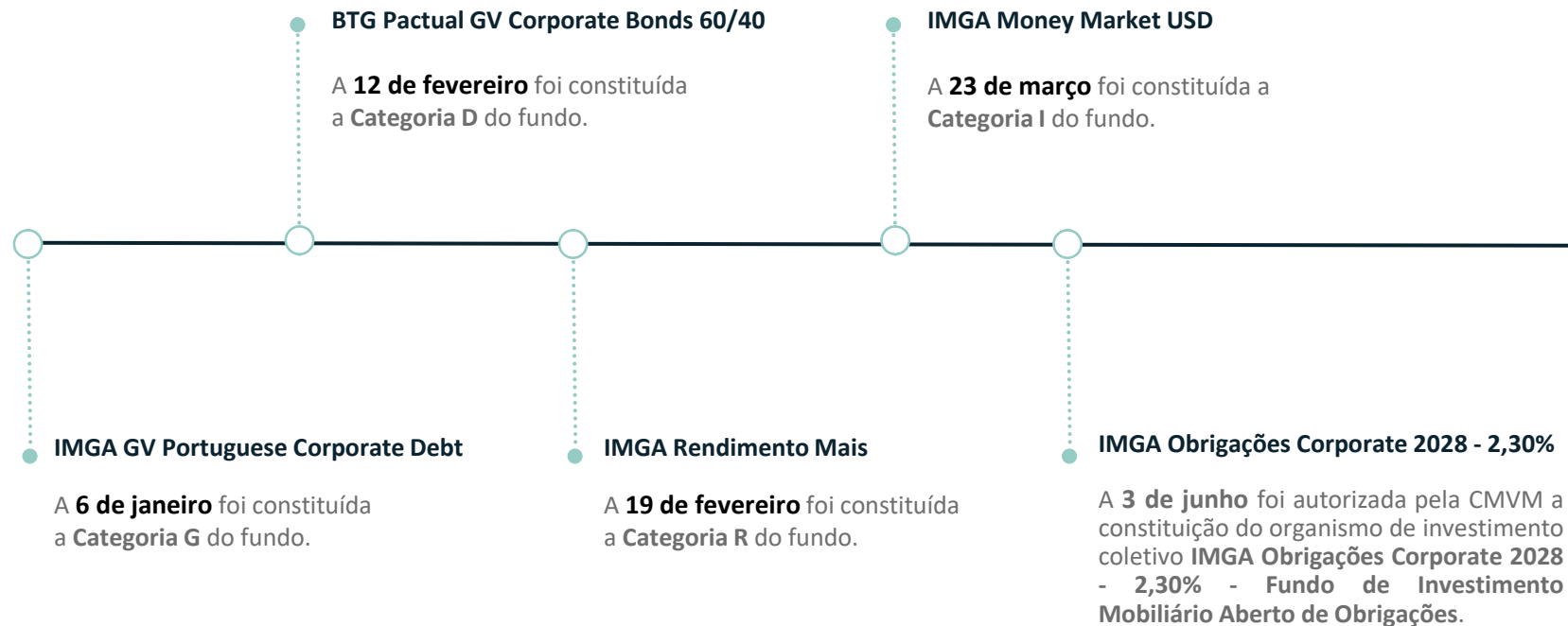
Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

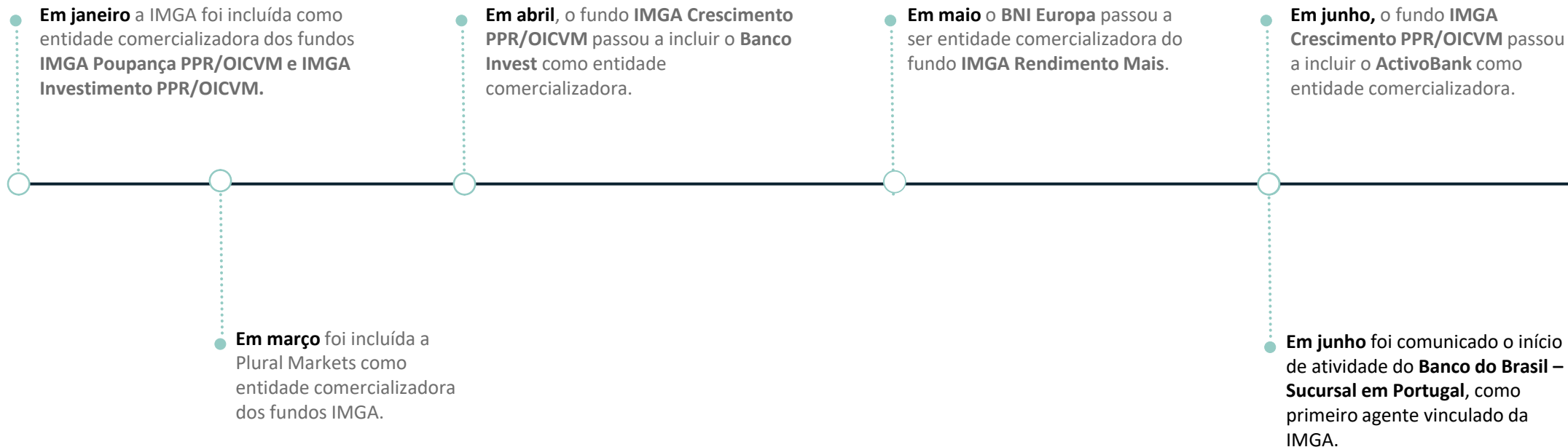
Principais Eventos

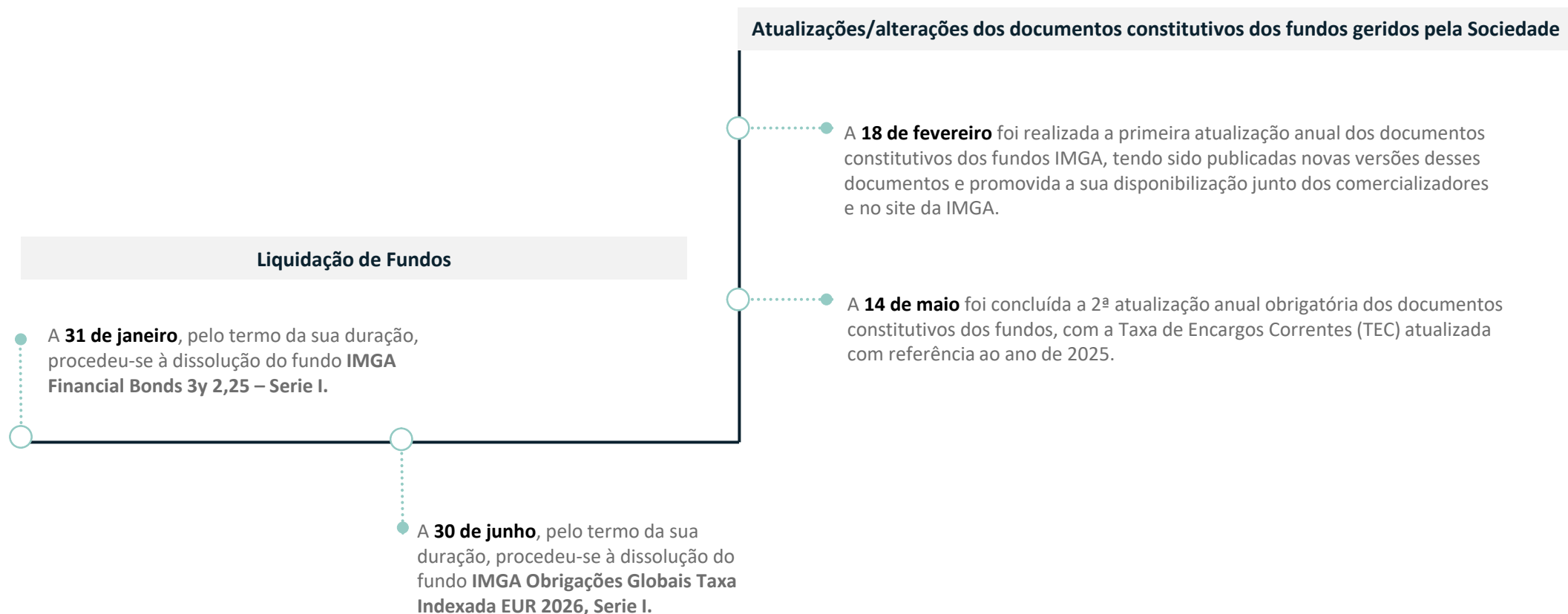
Constituição de Novos Fundos / Novas Categorias UP's



Novas Entidades Comercializadoras e Agentes Vinculados

No decurso do primeiro semestre de 2026, a IMGA manteve a estratégia de alargamento da sua rede comercial e de distribuição, tendo sido dado seguimento a diversos processos de formalização de acordos com entidades externas.





Publicação dos Relatórios e Contas dos fundos geridos pela Sociedade

- A **30 de abril** foram publicados no sítio da CMVM os Relatórios e Contas anuais dos fundos geridos pela IMGA.

Eventos Regulatórios

- A **27 de fevereiro** foi publicada a Circular anual relativa à Gestão de Ativos 2026, onde estão definidas as prioridades para 2026 e as ações de supervisão previstas para o corrente ano.

Informações relacionadas com a Sustentabilidade

- A **30 de junho** foi publicada a “Declaração relativa aos principais impactos negativos das decisões de investimento sobre os fatores de sustentabilidade”, relativa ao ano 2025.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

O primeiro semestre de 2026 foi marcado por uma elevada volatilidade nos mercados financeiros, resultante da incerteza associada ao crescimento económico mundial, às tensões geopolíticas e à evolução das expectativas relativamente à política monetária das principais economias. Apesar deste enquadramento exigente, a forte recuperação dos mercados acionistas, após a correção observada no primeiro trimestre, permitiu que os fundos multiativos e PPR registassem desempenhos globalmente positivos, beneficiando da diversificação das carteiras e da gestão ativa da alocação de ativos.

No conjunto dos fundos multiativos e PPR geridos pela IMGA, os ativos sob gestão ascendiam a cerca de 1.510 milhões de euros em 30 de junho de 2026, evidenciando um ligeiro aumento face ao final de 2025. Esta evolução foi influenciada por resgates registados em algumas estratégias de perfil mais conservador e de poupança-reforma, parcialmente compensados pela valorização dos mercados financeiros e pela procura registada em determinados fundos de perfil mais dinâmico.

Os fundos multiativos demonstraram capacidade de adaptação a um contexto de mercado particularmente exigente. Destacou-se o IMGA Flexível, com uma rendibilidade de cerca de 5,3% no semestre, beneficiando da exposição aos mercados acionistas internacionais. Também os fundos IMGA Alocação Dinâmica, IMGA Alocação Moderada e IMGA Alocação Conservadora registaram desempenhos positivos de aproximadamente 9,4%, 4,6% e 3,1%, respetivamente, refletindo a recuperação dos ativos de risco e o contributo positivo da componente obrigacionista. O IMGA Alocação Defensiva apresentou igualmente uma rendibilidade positiva próxima de 2,1%.

No segmento dos PPR, os resultados foram também favoráveis. O IMGA Crescimento PPR, lançado no final de 2025, registou uma valorização superior a 10% no semestre, refletindo o desempenho de uma estratégia de longo prazo com maior exposição a ações. O IMGA Investimento PPR apresentou uma rendibilidade próxima de 4,5%, enquanto o IMGA Poupança PPR valorizou cerca de 3,1% no período. Estes resultados evidenciam a diversidade da gama PPR da IMGA, dirigida a diferentes perfis de risco e horizontes de investimento.

Em termos de fluxos de investimento, observou-se uma procura seletiva por soluções com maior potencial de valorização. Destacou-se o IMGA Investimento PPR, com subscrições líquidas positivas de cerca de 1,5 milhões de euros, bem como o IMGA Crescimento PPR, que continuou a captar novos investidores após o seu lançamento.

A gestão manteve uma abordagem prudente e disciplinada ao longo do semestre, procurando equilibrar a preservação do capital com a participação nas oportunidades proporcionadas pelos mercados. A diversificação das carteiras por classes de ativos, geografias e estilos de investimento continuou a constituir um elemento central da estratégia, contribuindo para a resiliência dos fundos num contexto de mercado exigente.

Apesar da volatilidade observada durante parte do período, os fundos multiativos e PPR da IMGA evidenciaram capacidade de adaptação e de geração de valor para os participantes, mantendo o foco na preservação e no crescimento sustentável do património investido a longo prazo.

FUNDOS MULTIATIVOS E PPR	1 ANO			3 ANOS			5 ANOS		
	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe	Rend. Anual.	Risco Volatilidade	Classe
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT A	4,17%	3,45%	3	4,50%	3,80%	3	0,27%	4,48%	3
IMGA ALOCAÇÃO DEFENSIVA CAT R	3,74%	3,46%	3	4,39%	3,81%	3	0,22% (*)	4,48%	3
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT A	6,03%	4,85%	3	5,27%	4,69%	3	0,64%	5,60%	4
IMGA ALOCAÇÃO CONSERVADORA CAT R	6,31%	4,88%	3	5,94%	4,87%	3	1,03%	5,70%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT A	8,76%	5,56%	4	6,94%	6,07%	4	2,28%	6,77%	4
IMGA ALOCAÇÃO MODERADA CAT R	8,78%	5,57%	4	7,14%	6,15%	4	2,39%	6,82%	4
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT A	16,84%	9,46%	4	10,65%	9,68%	4	4,98%	10,08%	5
IMGA ALOCAÇÃO DINÂMICA CAT R	16,88%	9,48%	4	10,71%	9,70%	4	4,99%	10,10%	5
IMGA FLEXIVEL CAT A	10,10%	6,18%	4	5,81%	5,25%	4	1,14%	5,82%	4
IMGA FLEXIVEL CAT R	10,17%	6,23%	4	5,85%	5,27%	4	1,16%	5,85%	4
EUROBIC SELEÇÃO TOP	6,16%	3,16%	3	5,21%	3,07%	3	1,79%	3,26%	3
IMGA POUPANÇA PPR CAT A	6,01%	4,84%	3	5,29%	4,67%	3	0,64%	5,59%	4
IMGA POUPANÇA PPR CAT R	6,01%	4,83%	3	5,29%	4,67%	3	0,64%	5,59%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT A	8,55%	5,53%	4	6,75%	6,05%	4	2,13%	6,76%	4
IMGA INVESTIMENTO PPR CAT R	8,54%	5,54%	4	6,75%	6,04%	4	2,07%	6,76%	4
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FA (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FR (**)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -34	12,39%	6,33%	4	8,13%	6,85%	4	3,25%	6,99%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -35-44	11,29%	5,86%	4	7,76%	6,28%	4	3,10%	6,46%	4
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida -45-54	7,73%	4,43%	3	6,08%	4,71%	3	1,78%	4,97%	3
ABANCA PPR/OICVM Ciclo Vida +55	4,32%	3,06%	3	4,28%	3,33%	3	0,36%	3,76%	3

(*) considera cotações calculadas com base no desempenho da Categoria A

(**) fundo com menos de 12 meses desde a sua constituição

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos Multiativos e PPR

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Informação relativa à Gestão do Fundo

O primeiro semestre de 2026 foi bastante positivo para o Fundo, apesar da volatilidade induzida pelos acontecimentos geopolíticos, nomeadamente a situação no Médio Oriente.

O ano iniciou-se com uma perspetiva de manutenção do ritmo de crescimento global próximo do potencial, suportado pela política fiscal (EUA, Alemanha, Japão, entre outros) e monetária em vários países. Existiam algumas incertezas quanto à evolução futura do mercado laboral e da inflação nos EUA, nomeadamente devido ao impacto das políticas do presidente Trump (comercial/tarifas, fiscal/“*One Big Beautiful Bill*”, imigração, regulatória e energética) e da adoção da Inteligência Artificial; à vontade da China em endereçar verdadeiramente alguns temas domésticos relevantes; à rentabilização dos montantes que estavam a ser investidos em Inteligência Artificial, e quanto aos riscos geopolíticos existentes, nomeadamente na Ucrânia e em Israel, mas também quanto a novos focos que poderiam ganhar importância, como Taiwan ou o Irão.

As perspetivas positivas ao nível do crescimento e da inflação levaram-nos a posicionar o portfolio de uma forma pró-risco, com uma sobreponderação a ações e a alternativos, e uma subponderação a *cash*. Nas obrigações, preferíamos a exposição a crédito, mantendo uma subponderação a duração, uma vez que as expectativas de inflação estavam relativamente ancoradas, e o “*term premium*” podia ser pressionado por fatores como o aumento da oferta de dívida pública, para financiar o investimento em

infraestruturas e defesa, e pela instabilidade política em França. Nos EUA, o posicionamento em termos de duração também era defensivo uma vez que a inflação se mantinha acima do *target*, a independência da Reserva Federal se encontrava posta em causa e as políticas erráticas de Donald Trump, como foi o caso das tarifas, afastavam os investidores da dívida pública norte-americana.

Ao nível do crédito, embora existisse um risco assimétrico ao nível dos spreads, o “*carry*” continuava atrativo num contexto macro benigno que deveria suportar os spreads e manter os incumprimentos (*default rates*) a um nível baixo. A grande convicção estava, no entanto, nas ações, onde antecipávamos retornos positivos em todas as geografias, com destaque pela positiva para os mercados emergentes. O crescimento dos resultados, dado o crescimento económico global saudável, suportado por políticas fiscais expansionistas (EUA, Alemanha, Japão) e por bancos centrais a cortar as taxas de juro (Reserva Federal, Banco de Inglaterra), deveria ser o maior impulsionador dos mercados acionistas, num contexto em que os múltiplos até poderiam sofrer uma correção, dada a expansão recente e os níveis historicamente exigentes onde se encontravam. Ao nível do posicionamento, este não se encontrava extremado, com muitos a recearem uma bolha no segmento de Inteligência Artificial.

Nos alternativos, continuávamos positivos, dado se tratarem de importantes diversificadores em termos das fontes de

risco e de retorno, estando especialmente otimistas para fundos de retorno absoluto como os Merger Arbitrage e os Equity Market Neutral, e para metais preciosos, nomeadamente o ouro, dada a tendência de diversificação das reservas por parte dos Bancos Centrais; a tendência para a Política Monetária se tornar menos restritiva; o *momentum* positivo do mercado relativamente a esta matéria-prima e os crescentes conflitos geopolíticos.

Em termos cambiais, estávamos negativos para o dólar, dada a independência da Fed estar a ser posta em causa, as perspetivas de corte de juros por parte da Fed, os défices gémeos, e o *momentum* negativo potenciado pela diminuição do papel de ativo de refúgio do USD e pela perda de peso nas reservas dos Bancos Centrais e no comércio internacional.

Este posicionamento revelou-se acertado logo no início do ano, uma vez que os mercados acionistas e de crédito começaram o ano de forma positiva, impulsionados pelos dados económicos robustos, apesar do aumento de volatilidade derivado, essencialmente, de uma escalada do risco geopolítico, nomeadamente com o tema da Venezuela, em que o seu presidente foi capturado pelos EUA; da Gronelândia e dos protestos no Irão. Este contexto impulsionou também os metais preciosos, com o ouro e a prata a valorizarem de forma significativa.

O ataque dos EUA e Israel ao Irão, a 28 de fevereiro, acabaram por alterar o sentimento dos investidores, fazendo disparar o preço do petróleo e os riscos inflacionistas; recuar o sentimento dos agentes económicos; aumentar os receios de um cenário de estagflação e desencadear uma correção transversal nos mercados financeiros.

As ações globais caíram de forma expressiva, os spreads alargaram e as taxas de juro subiram, penalizadas pela subida das expectativas de inflação e pela perspetiva de políticas monetárias mais restritivas do que o antecipado anteriormente.

O Fundo acabou por ser penalizado em março, uma vez que a grande maioria dos segmentos dos mercados financeiros desvalorizaram. Em termos de posicionamento, foi reduzida a exposição acionista logo nos primeiros dias do conflito, uma vez que os riscos macroeconómicos aumentaram consideravelmente. Por outro lado, o aumento das taxas de juro para níveis mais atrativos, levaram a uma redução do *underweight* a duração. A exposição a ações foi posteriormente aumentada, com a perceção

de que havia abertura entre os EUA e o Irão para negociar um acordo, e de que esse seria do interesse de ambas as partes, nomeadamente na medida em que o presidente norte-americano tem eleições intercalares para o Congresso este ano e a sua popularidade foi penalizada por este conflito, e por outro lado, os líderes iranianos têm interesse em melhorar a situação económica do país com vista à manutenção do poder, que recentemente havia sido fortemente contestado. Este reposicionamento a ações, viria a provar-se adequado uma vez que o segundo trimestre do ano seria de forte valorização para os mercados acionistas, não só pelos resultados empresariais, que foram fortemente revistos em alta, impulsionados pelo forte investimento em tecnologia que se registou a nível global, como pelo facto da tensão entre os EUA e o Irão ter diminuído, alcançando-se inclusivamente um cessar-fogo e um memorando de entendimento entre ambos os países, o que fez diminuir o preço do petróleo e os riscos macroeconómicos. No decorrer deste trimestre a duração também foi incrementada uma vez que os níveis das taxas de juro se tornaram mais interessantes, nomeadamente por incorporarem expetativas

de subidas de taxas de juro relativamente agressivas.

O Fundo foi, assim, beneficiado pelo seu posicionamento pró-risco no semestre, nomeadamente na exposição a dívida empresarial e ações. Os fundos de retorno absoluto também foram promotores de performance, sendo que a exposição a metais preciosos acabou por penalizar o Fundo. dada a alteração das perspetivas de atuação da Reserva Federal e a valorização do dólar.

No final de junho, o IMGA Crescimento PPR/OICVM apresentou uma rendibilidade de 10,2% no semestre em ambas as suas categorias FA e FR, não estando ainda disponíveis rendibilidades a 12 meses em função da data de constituição do fundo.

O valor líquido global totalizou 2,5M€, representando um crescimento de 97,7% face ao final de 2025. As vendas líquidas foram positivas em 1,1M€, com efeito de mercado positivo de 0,2M€.

Sendo um fundo de capitalização, não procedeu à distribuição de rendimentos.



Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos Multiativos e PPR
- Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

- Eventos Subsequentes
- Notas Informativas
- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Auditoria

Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade

Em cumprimento do estipulado pelas alíneas b) e c) da secção 6 do Anexo IV do Regime da Gestão de Ativos (RGA), apresenta-se, em seguida, o montante total das remunerações pagas pela entidade responsável pela gestão aos seus colaboradores e o montante agregado da remuneração dos membros dos órgãos de gestão e fiscalização (valores em euros):

REMUNERAÇÃO DO EXERCÍCIO DE 2026			
Órgãos de Gestão e Fiscalização	Rendimento Fixo	Rendimento Variável	Número a 30/06/2026
Comissão Executiva			
Presidente e Administradores	161 753	279 610	3
Administradores independentes	22 375	-	1
Conselho fiscal			
Presidente e vogais	28 060	-	4
Colaboradores	Rendimento fixo	Rendimento variável	Número a 30/06/2026
Colaboradores	1 462 745	590 069	52

Nos termos da Lei e conforme previsto no n.º 1 do art.º 20º dos Estatutos, o modelo de fiscalização da Sociedade compreende ainda um Revisor Oficial de Contas, ou uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, que não seja membro do Conselho Fiscal, a quem foram pagos €5.904 pelos serviços durante o primeiro semestre de 2026.

Sem prejuízo da competência do Conselho Fiscal e do Revisor Oficial de Contas, ou da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, conforme previsto no n.º 1 do art.º 21º dos Estatutos, a Assembleia Geral designou um auditor externo para a verificação das contas da Sociedade, cujo custo pelos serviços

prestados nesse âmbito ascenderam a €16.359.

No primeiro semestre de 2026 foram pagos €128.529 referentes a indemnizações por cessação de contrato de trabalho.

As remunerações e benefícios foram calculados e atribuídos de acordo com o definido na Política de Remunerações em vigor, cuja síntese está disponível no site da Sociedade.

No início de cada ano, com base no Relatório de Avaliação da Execução da Política de Remunerações, da responsabilidade do Comité de Remunerações, o Conselho Fiscal produz

um Relatório anual sobre a Política de Remunerações, onde descreve os aspetos e conclusões relevantes que fundamentam o respetivo parecer acerca da avaliação do grau de execução da Política de Remunerações em vigor na Sociedade ao longo do ano anterior.

Relativamente a 2025, não foi identificada qualquer irregularidade ou inconsistência no modo como as remunerações e outros benefícios foram calculados.

No primeiro semestre de 2026, não foram introduzidas alterações à Política de Remunerações.

Relatório de Gestão

Nota Introdutória

Síntese da Evolução dos Mercados

Principais Eventos

Desempenho Fundos de Ações

Informação relativa à Gestão do Fundo

Remunerações pagas a Colaboradores
e Órgãos Sociais da Sociedade

Eventos Subsequentes

Notas Informativas

Balanço

Demonstração de Resultados

Demonstração de Fluxos de Caixa

Anexo às Demonstrações Financeiras

Relatório de Auditoria

Eventos Subsequentes

30 de junho de 2026

A **22 de julho** foram constituídas as
Categorias C e R do fundo IMGA
Obrigações Corporate 2028 – 2,30%.

A **21 de agosto** foi aprovada pela
CMVM a constituição do **fundo**
Adamastor PPR/OICVM.

Relatório de Gestão

- Nota Introdutória
- Síntese da Evolução dos Mercados
- Principais Eventos
- Desempenho Fundos Multiativos e PPR
- Informação relativa à Gestão do Fundo
- Remunerações pagas a Colaboradores e Órgãos Sociais da Sociedade
- Eventos Subsequentes

Notas Informativas

- Balanço
- Demonstração de Resultados
- Demonstração de Fluxos de Caixa
- Anexo às Demonstrações Financeiras
- Relatório de Auditoria

IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Ações De Poupança Reforma

Elementos Identificativos		
Tipo de Fundo: Fundo de Investimento Aberto de Ações De Poupança Reforma	Sociedade Gestora: IM Gestão de Ativos - Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A.	Valor da Carteira: (30 de junho de 2026)
Data de Constituição: 30 de setembro de 2025	Banco Depositário: Banco Comercial Português, S.A.	2 530 759 Euros

EVOLUÇÃO DE RENDIBILIDADE E RISCO

Não são divulgados dados relativos à evolução de rentabilidade e risco, na medida em que ainda não completou um ano civil.



POLÍTICA DE INVESTIMENTO

O Fundo tem como objetivo proporcionar aos participantes um nível de rentabilidade a longo prazo que reflita adequadamente a rentabilidade agregada dos mercados acionistas das zonas económicas internacionais mais desenvolvidas, através do investimento em ações, numa perspetiva global, diversificada e tendencialmente proporcional às capitalizações bolsistas daquelas regiões.

O Fundo enquanto PPR de ações, na prossecução dos seus objetivos, investe direta ou indiretamente um mínimo de 2/3 do seu valor líquido global em ações, bem como noutros valores que nelas sejam convertíveis ou que tenham inerente o direito à sua subscrição, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações. O Fundo pode investir até 100% neste tipo de ativos. O Fundo poderá ainda investir em instrumento representativos de dívida pública e privada, nomeadamente obrigações de taxa fixa e de taxa indexada, instrumentos representativos de dívida de curto prazo, como bilhetes do tesouro, bem como em unidades de participação de outros OICs,

incluindo fundos de investimento admitidos à negociação nos mercados regulamentados, nomeadamente ETF's ("Exchange Traded Funds") ou outros instrumentos similares, que podem ser de obrigações, mistos ou de "commodities".

Para a gestão da liquidez necessária, o Fundo pode ainda ser acessoriamente (até 20%) constituído por numerário, depósitos bancários, aplicações nos mercados interbancários, certificados de depósito e outros instrumentos do mercado monetário, incluindo Fundos do Mercado Monetário. O Fundo poderá estar exposto ao risco cambial até ao limite máximo de 75% do valor líquido global do Fundo.

A estratégia de investimento do Fundo segue uma gestão ativa, não considerando nenhum parâmetro de referência.

A Sociedade Gestora considera os seguintes setores como controversos: Jogo, Armas Controversas, Tabaco e Carvão Térmico ou empresas cuja maioria das receitas seja proveniente destas atividades.

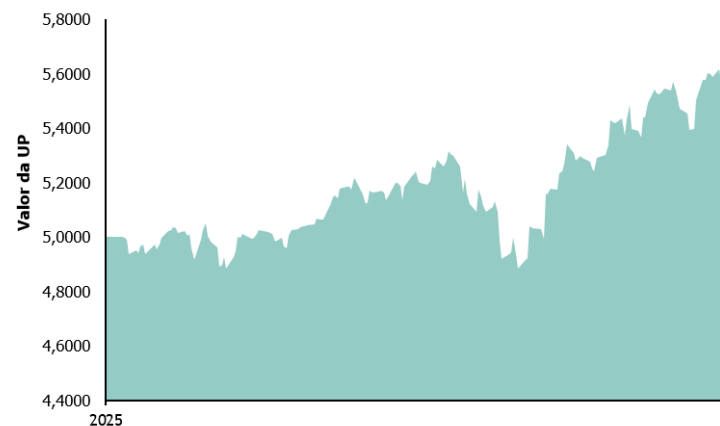


EVOLUÇÃO DO FUNDO

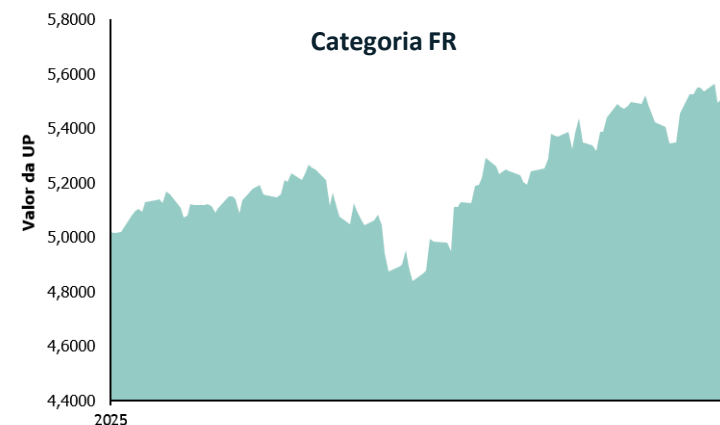
As rendibilidades divulgadas representam dados passados, não constituindo garantia de rendibilidade futura. As rendibilidades anualizadas divulgadas só seriam obtidas se o investimento fosse efetuado e mantido durante todo o período de referência.

Para efeito do apuramento das rendibilidades não são tidas em consideração comissões de subscrição, resgate e transferências, quando aplicáveis, sendo líquidas de todas as outras comissões e encargos.

Categoria FA



Categoria FR



EVOLUÇÃO DO NÚMERO UP'S E DO VALOR UNITÁRIO UP

	31.12.2025	30.06.2026
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FA		
Nº. UP's em circulação	250 030,0568	444 031,4548
Valor Unitário UP (Euro)	5,0626	5,5810
IMGA CRESCIMENTO PPR/OICVM CAT FR		
Nº. UP's em circulação	2 850,0000	9 522,4826
Valor Unitário UP (Euro)	5,0152	5,5292



DEMONSTRAÇÃO DO PATRIMÓNIO

(valores em euro)

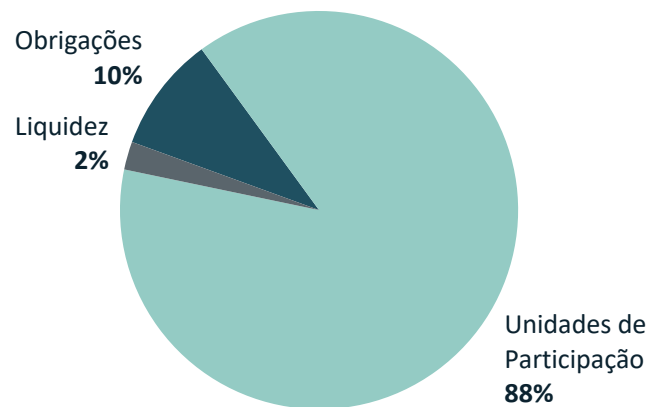
30.06.2026

Valores mobiliários	2 446 132
Saldos bancários	16 515
Outros ativos	97 256
Total dos ativos	2 559 902
Passivos	29 143
Valor Líquido de Inventário	2 530 759

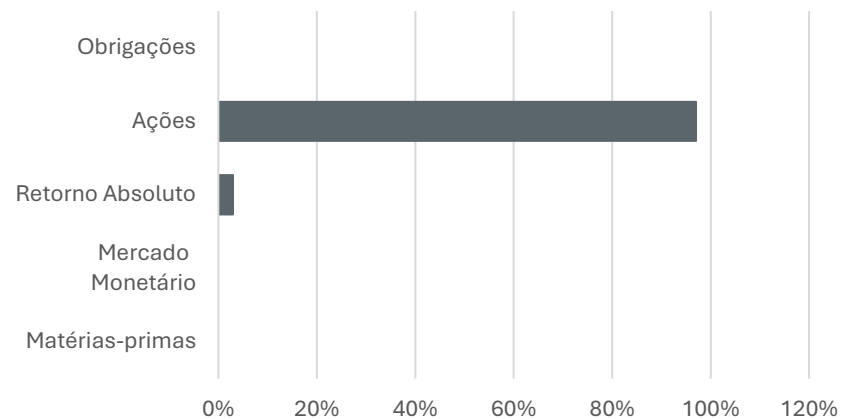


COMPOSIÇÃO DA CARTEIRA

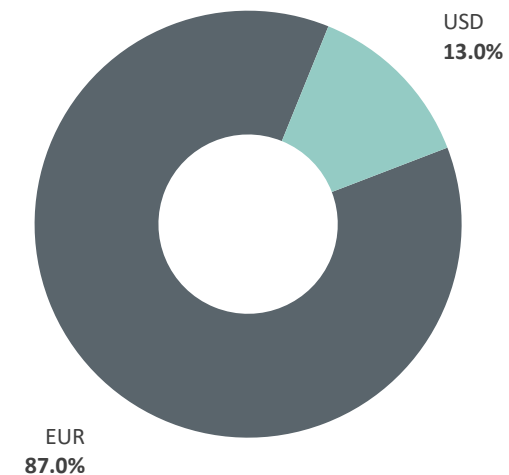
Carteira Ativos



Unidades de Participação



Exposição Cambial



TÍTULOS EM CARTEIRA

(valores em euro)

Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais-valias	Menos-valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA	%
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS							
M.C.O.B.V. Estados Não Membros UE	231 460	3 031		234 491	1 080	235 571	10%
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO	2 068 264	143 633	256	2 211 641	-	2 211 641	90%
TOTAL	2 299 724	146 664	256	2 446 132	1 080	2 447 212	100%

INDICAÇÃO MOVIMENTOS OCORRIDOS

(valores em euro)

Rendimentos	
Rendimentos do investimento	908
Outros investimentos	73
Mais-valias de investimento	338 010
Custos	
Custos de gestão	(9 346)
Custos de depósito	(561)
Outros encargos, taxas e impostos	(9 571)
Menos-valias de investimentos	(127 399)
Lucro líquido	192 115
Lucros distribuídos	-
Aumento ou diminuição da conta de capital	
Subscrições	1 311 006
Resgates	(252 453)



VALOR LÍQUIDO GLOBAL E VALOR DA UP

(valores em euro)

	IMGA CRESCIMENTO PPR CAT FA		IMGA CRESCIMENTO PPR CAT FR	
	Valor Líquido	Valor Unitário da UP	Valor Líquido	Valor Unitário da UP
31.12.2025	1 265 797	5,0626	14 293	5,0152
30.06.2026	2 478 108	5,5810	52 651	5,5292

OPERAÇÕES DE COMPRA E VENDA DE INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

(valores em euro)

Descritivo	31.12.2025	Compras	Vendas	30.06.2026	+/- Valias
Operações Cambiais	-	-	(125 535)	(125 614)	(670)
Operações sobre Taxas de Juro	-	235 910	(117 910)	119 400	1 462
Operações sobre Índices	-	1 111 424	(836 893)	289 710	14 864



i m | g | a |

Balanço

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

ATIVO						PASSIVO			
Código	Designação	30.06.2026			31.12.2025		Períodos		
		Bruto	Mv	mv/P	Líquido	Líquido	30.06.2026	31.12.2025	
32 33	Outros Ativos								
	Ativos Fixos Tangíveis das SIM								
	Ativos Intangíveis das SIM								
	<i>Total de Outros Ativos das SIM</i>								
21 22 23 24 25 26	Carteira de Títulos								
	Obrigações	231 460	3 031		234 491				
	Ações								
	Outros Títulos de Capital								
	Unidades de Participação	2 068 264	143 633	(256)	2 211 641	1 196 045			
	Direitos								
	Outros Instrumentos da Dívida								
	<i>Total da Carteira de Títulos</i>	2 299 724	146 664	(256)	2 446 132	1 196 045			
31	Outros Ativos								
	Outros ativos								
	<i>Total de Outros Ativos</i>								
411+...+418	Terceiros								
	Contas de Devedores	96 175			96 175	33 207			
	<i>Total dos Valores a Receber</i>	96 175			96 175	33 207			
11 12 13 14 18	Disponibilidades								
	Caixa								
	Depósitos à Ordem	16 515			16 515	170 625			
	Depósitos a Prazo e com Pré-aviso								
	Certificados de Depósito								
	Outros Meios Monetários								
	<i>Total das Disponibilidades</i>	16 515			16 515	170 625			
51 52 53 59	Acréscimos e diferimentos								
	Acréscimos de Proventos	1 080			1 080				
	Despesas com Custo Diferido								
	Outros acréscimos e diferimentos								
	Contas transitórias ativas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Ativos</i>	1 080			1 080				
	<i>TOTAL DO ATIVO</i>	2 413 494	146 664	(256)	2 559 902	1 399 878			
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe FA				444 031	250 030			
	Total do Número de Unidades de Participação em circulação - Classe FR				9 522	2 850			
61 62 64 65 67 66	Capital do OIC								
	Unidades de Participação						2 267 770	1 264 400	
	Variações Patrimoniais						53 259	(1 925)	
	Resultados Transitados						17 615		
	Resultados Distribuídos								
	Dividendos Antecipados das SIM								
	Resultados Líquidos do Período						192 115	17 615	
	<i>Total do Capital do OIC</i>						2 530 759	1 280 090	
481	Provisões Acumuladas								
	Provisões para Encargos								
	<i>Total das Provisões Acumuladas</i>								
421 422 423 424+...+429 43+12 44 46	Terceiros								
	Resgates a Pagar a Participantes								
	Rendimentos a Pagar a Participantes								
	Comissões a Pagar						2 199	1 246	
	Outras contas de Credores						23 771	117 522	
	Empréstimos Obtidos								
	Pessoal								
	Acionistas								
	<i>Total dos Valores a Pagar</i>						25 970	118 768	
55 56 58 59	Acréscimos e diferimentos								
	Acréscimos de Custos						3 173	1 019	
	Receitas com Provento Diferido								
	Outros Acréscimos e Diferimentos								
	Contas transitórias passivas								
	<i>Total do Acréscimos e Diferimentos Passivos</i>						3 173	1 019	
	<i>TOTAL DO CAPITAL E PASSIVO</i>						2 559 902	1 399 878	
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe FA						5.5810	5.0626	
	Valor Unitário da Unidade Participação - Classe FR						5.5292	5.0152	

DIREITOS SOBRE TERCEIROS			
		Períodos	
Código	Designação	30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros	119 400	
	<i>Total</i>	119 400	
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros	289 710	
	<i>Total</i>	289 710	
	Compromissos de Terceiros		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
944	Valores cedidos em garantia		
945	Empréstimos de títulos		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DOS DIREITOS</i>	409 110	
99	CONTAS DE CONTRAPARTIDA	125 614	

RESPONSABILIDADES PERANTE TERCEIROS			
		Períodos	
Código	Designação	30.06.2026	31.12.2025
	Operações Cambiais		
911	À vista		
912	A prazo (forwards cambiais)		
913	Swaps cambiais		
914	Opções		
915	Futuros	125 614	
	<i>Total</i>	125 614	
	Operações Sobre Taxas de Juro		
921	Contratos a prazo (FRA)		
922	Swap de taxa de juro		
923	Contratos de garantia de taxa de juro		
924	Opções		
925	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Operações Sobre Cotações		
934	Opções		
935	Futuros		
	<i>Total</i>		
	Compromissos Com Terceiros		
941	Subscrição de títulos		
942	Operações a prazo (reporte de valores)		
943	Valores cedidos em garantia		
	<i>Total</i>		
	<i>TOTAL DAS RESPONSABILIDADES</i>	125 614	
99	<i>CONTAS DE CONTRAPARTIDA</i>	409 110	



i m | g | a |

Demonstração de Resultados

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

CUSTOS E PERDAS			PROVEITOS E GANHOS		
		Período			Período
Código	Designação	30.06.2026	Código	Designação	30.06.2026
	Custos e Perdas Correntes			Proveitos e Ganhos Correntes	
	Juros e Custos Equiparados			Juros e Proveitos Equiparados	
711+718	De Operações Correntes	19	812+813	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	839
719	De Operações Extrapatrimoniais		811+814+827+818	De Operações Correntes	69
	Comissões e Taxas		819	De Operações Extrapatrimoniais	
722+723	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	3 719		Rendimento de Títulos	
724+...+728	Outras Operações Correntes	10 507	822+...+824+825	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	
729	De Operações Extrapatrimoniais		829	De Operações Extrapatrimoniais	
	Perdas em Operações Financeiras			Ganhos em Operações Financeiras	
732+733	Da Carteira de Títulos e Outros Ativos	40 815	832+833	Na Carteira de Títulos e Outros Ativos	227 266
731+738	Outras Operações Correntes		831+838	Outras Operações Correntes	
739	Em Operações Extrapatrimoniais	86 584	839	Em Operações Extrapatrimoniais	110 744
	Impostos			Reposição e Anulação de Provisões	
	Impostos Sobre o Rendimento de Capitais e Incrementos				
7411+7421	Patrimoniais		851	Provisões para Encargos	
7412+7422	Impostos Indirectos	280	87	Outros Proveitos e Ganhos Correntes	1
7418+7428	Outros impostos				
	Provisões do Exercício			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Correntes (B)</i>	<i>338 918</i>
751	Provisões para Encargos				
77	Outros Custos e Perdas Correntes	4 952			
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas Correntes (A)</i>	<i>146 876</i>			
79	Outros custos e perdas das SIM		89	Outros Proveitos e Ganhos das SIM	
	<i>Total dos Outros Custos e Perdas das SIM (C)</i>			<i>Total dos Outros Proveitos e Ganhos das SIM (D)</i>	
	Custos e Perdas Eventuais			Proveitos e Ganhos Eventuais	
781	Valores Incobráveis		881	Recuperação de Incobráveis	
782	Perdas Extraordinárias		882	Ganhos Extraordinários	
783	Perdas Imputáveis a Exercícios Anteriores		883	Ganhos Imputáveis a Exercícios Anteriores	
788	Outras Custos e Perdas Eventuais		888	Outros Proveitos e Ganhos Eventuais	73
	<i>Total dos Custos e Perdas Eventuais (E)</i>			<i>Total dos Proveitos e Ganhos Eventuais (F)</i>	<i>73</i>
63	Imposto Sobre o Rendimento do Exercício				
66	Resultado Líquido do Período (se>0)	<i>192 115</i>	66	Resultado Líquido do Período (se<0)	
	<i>TOTAL</i>	<i>338 991</i>		<i>TOTAL</i>	<i>338 991</i>
(8*2/3/4/5)-(7*2/3)	Resultados da Carteira de Títulos e Outros Ativos	183 572	F - E	Resultados Eventuais	73
8*9 - 7*9	Resultados das Operações Extrapatrimoniais	24 160	B+D+F-A-C-E+74	Resultados Antes do Imposto s/ Rendimento	192 115
B-A	Resultados Correntes	192 042	B+D+F-A-C-		
			E+7411/8+7421/8	Resultados Líquidos do Período	192 115



i m | g | a |

Demonstração de Fluxos de Caixa

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

(Valores em Euro)

DISCRIMINAÇÃO DOS FLUXOS	30-jun-26	
OPERAÇÕES SOBRE AS UNIDADES DO OIC		
RECEBIMENTOS:		1 311 006
Subscrição de unidades de participação	1 311 006	
PAGAMENTOS:		252 453
Resgates de unidades de participação	252 453	
Fluxo das operações sobre as unidades do OIC		1 058 553
OPERAÇÕES COM A CARTEIRA DE TÍTULOS E OUTROS ATIVOS		
RECEBIMENTOS:		2 456 715
Resgates de unidades de participação noutros OIC	2 456 031	
Juros e proveitos similares recebidos	684	
PAGAMENTOS:		3 633 886
Compra de títulos e outros ativos	232 384	
Subscrições de unidades de participação noutros OIC	3 395 282	
Comissões de corretagem	3 343	
Outras taxas e comissões	124	
Outros pagamentos relacionados com a carteira	2 751	
Fluxo das operações da carteira de títulos e outros ativos		(1 177 171)
OPERAÇÕES A PRAZO E DE DIVISAS		
RECEBIMENTOS:		426 938
Operações de taxa de juro	17 792	
Operações sobre cotações	82 996	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	87 427	
Outros recebimentos de operações a prazo e de divisas	238 723	
PAGAMENTOS:		452 588
Operações de taxa de juro	16 330	
Operações sobre cotações	68 132	
Margem inicial em contratos de futuros e opções	112 005	
Outros pagamentos de operações a prazo e de divisas	256 121	
Fluxo das operações a prazo e de divisas		(25 650)
OPERAÇÕES DE GESTÃO CORRENTE		
RECEBIMENTOS:		69
Juros de depósitos bancários	69	
PAGAMENTOS:		9 984
Juros devedores de depósitos bancários	162	
Comissão de gestão	8 472	
Comissão de depósito	516	
Taxa de supervisão	700	
Impostos e taxas	134	
Fluxo das operações de gestão corrente		(9 915)
OPERAÇÕES EVENTUAIS		
RECEBIMENTOS:		73
Ganhos extraordinários	73	
Fluxo das operações eventuais		73
SALDO DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO (A)		(154 111)
DISPONIBILIDADES NO INÍCIO DO PERÍODO (B)		170 625
DISPONIBILIDADES NO FIM DO PERÍODO (C)=(B)+(A)		16 515



i m | g | a |

Anexo às Demonstrações Financeiras

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

INTRODUÇÃO

A constituição do IMGA Crescimento PPR/OICVM Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma (OIC) foi autorizada pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários em 30 de abril de 2025, tendo iniciado a sua atividade em 30 de setembro de 2025.

É um Organismo de Investimento Coletivo, constituído por tempo indeterminado. Investe essencialmente em ações, bem como noutros valores que nelas sejam convertíveis ou que tenham inerente o direito à sua subscrição, designadamente warrants e participações em instituições de investimento coletivo cuja política de investimento seja constituída maioritariamente por ações. O fundo poderá investir igualmente em instrumentos representativos de dívida pública e privada, nomeadamente obrigações de taxa fixa e de taxa indexada, instrumentos representativos de dívida de curto prazo, como bilhetes do tesouro, bem como em unidades de participação de outros OICs.

O OIC é administrado, gerido e representado pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. (Sociedade Gestora). As funções de banco depositário são exercidas pelo Banco Comercial Português, S.A.

As notas que se seguem respeitam a numeração sequencial definida no Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo.

As notas cuja numeração se encontra ausente não são aplicáveis, ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das Demonstrações Financeiras anexas.



1. CAPITAL DO OIC

O OIC é um organismo de investimento coletivo aberto cujo património autónomo é representado por partes, sem valor nominal, que se designam unidades de participação, as quais conferem direitos idênticos aos participantes.

Para efeitos de constituição do OIC, o valor da unidade de participação das Categoria FA e FR é de cinco euros.

O valor da unidade de participação para efeitos de subscrição é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

O valor da unidade de participação para efeitos de resgate é o valor da unidade de participação que vier a ser apurado no fecho do dia de pedido, pelo que o mesmo é efetuado a preço desconhecido.

Durante o período findo em 30 de junho de 2026, o movimento ocorrido no capital do OIC foi o seguinte:

Descrição	31-12-2025	Subscrições		Resgates		Outros	Resultados do Exercício	30-06-2026
		Categoria FA	Categoria FR	Categoria FA	Categoria FR			
Valor base	1 264 400	1 202 438	35 112	(232 431)	(1 750)			2 267 770
Diferença p/Valor Base	(1 925)	72 520	936	(18 118)	(154)			53 259
Resultados acumulados	-					17 615		17 615
Resultados do período	17 615					(17 615)	192 115	192 115
SOMA	1 280 090	1 274 959	36 048	(250 549)	(1 904)	-	192 115	2 530 759
Nº de Unidades participação								
Categoria FA	250 030	240 488		(46 486)				444 031
Categoria FR	2 850		7 022		(350)			9 522
Valor Unidade participação								
Categoria FA	5.0626							5.5810
Categoria FR	5.0152							5.5292

Em 30 de junho de 2026 não existiam unidades de participação com pedidos de resgate em curso.

O valor líquido global do OIC, o valor de cada unidade de participação e o número de unidades de participação em circulação foram os seguintes:

	Data	Categoria FA			Categoria FR			Total	
		Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	Valor UP	VLGF	Nº UP em circulação	VLGF	Nº UP em circulação
Ano 2026	30-06-26	5.5810	2 478 108	444 031	5.5292	52 651	9 522	2 530 759	453 554
	31-03-26	4.9216	1 764 965	358 623	4.8754	16 959	3 479	1 781 925	362 102
Ano 2025	31-12-25	5.0626	1 265 797	250 030	5.0152	14 293	2 850	1 280 090	252 880
	30-09-25	5.0000	11 500	2 300	-	-	-	11 500	2 300

Em 30 de junho de 2026, os participantes do OIC podem agrupar-se de acordo com os seguintes escalões:

Escalões	N.º participantes	
	Categoria FA	Categoria FR
UPs ≥ 25%	-	2
10% ≤ UPs < 25%	1	1
5% ≤ UPs < 10%	1	-
2% ≤ UPs < 5%	10	1
0.5% ≤ UPs < 2%	16	3
UPs < 0.5%	342	2
TOTAL	370	9

3. CARTEIRA DE TÍTULOS E DISPONIBILIDADES

Em 30 de junho de 2026, esta rubrica tem a seguinte composição:

(valores em Euro)						
Descrição dos títulos	Preço de aquisição	Mais valias	Menos valias	Valor da carteira	Juros corridos	SOMA
1.VALORES MOBILIÁRIOS COTADOS						
M.C.O.B.V. Estados Membras UE						
-Títulos dívida Pública						
Bonos Y Oblig Del Estado 2.6% 31/05/31	98 162	914	-	99 076	214	99 290
Buoni Poliennali Del Tes 4% 30/04/35	133 298	2 117	-	135 415	867	136 281
	231 460	3 031	-	234 491	1 080	235 571
3. UNIDADES DE PARTICIPAÇÃO						
OIC domiciliados Estado membro UE						
AB SICAV I - Select Absolute Alpha Portfolio (1)	53 000	1 239	-	54 239	-	54 239
AMUNDI CORE MSCI JAPAN-ACC ETF	68 400	5 135	-	73 535	-	73 535
Amundi Core S&P 500 SWAP UCITS ETF	37 750	311	-	38 061	-	38 061
Amundi ETF MSCI Emerging Markets	114 008	909	-	114 918	-	114 918
Amundi MSCI AC Asia Pacific Ex Japan	169 220	6 841	-	176 062	-	176 062
AMUNDI MSCI EUROPE UCITS DR	439 444	21 062	-	460 506	-	460 506
BlackRock Strategic Funds-Americas Diversified Equity Absolute Return	11 002	29	-	11 031	-	11 031
DB X- Trackers MSCI Europe Small Cap Index UCITS ETF DR	20 521	1 007	-	21 528	-	21 528
DWS Invest - Artificial Intelligence US	44 082	4 414	-	48 496	-	48 496
IShares MSCI ERP MID CAP-ACC	169 939	15 164	-	185 104	-	185 104
JPM US REI EQ ACTIVE ETF	54 504	6 486	-	60 990	-	60 990
JPMorgan E Europe Res Enh Idx Eqty Es ETF	47 250	3 065	-	50 315	-	50 315
JPMorgan E US Research Enh Idx Eqty ETF	114 737	7 989	-	122 726	-	122 726
Lyxor ETF S&P 500-A	427 677	46 708	-	474 384	-	474 384
Magna New Frontiers FD-G Eur	22 000	-	(256)	21 744	-	21 744
	1 793 534	120 359	(256)	1 913 638	-	1 913 638
OIC domiciliados E, não membro UE						
IShares NASDAQ 100 UCITS-ETF	73 048	12 683	-	85 730	-	85 730
SPDR S&P 500 Eur Hedge ACC	201 682	10 591	-	212 273	-	212 273
	274 730	23 274	-	298 004	-	298 004
TOTAL	2 299 724	146 664	(256)	2 446 132	1 080	2 447 212

O movimento ocorrido nas rubricas de disponibilidades durante o primeiro semestre de 2026 foi o seguinte:

(Valores em Euro)				
Descritivo	31-12-2025	Aumentos	Reduções	30-06-2026
Depósitos à ordem	170 625	4 194 800	4 348 911	16 515
TOTAL	170 625	4 194 800	4 348 911	16 515

4. BASES DE APRESENTAÇÃO E PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base nos registos contabilísticos do OIC, mantidos de acordo com o Plano de Contas dos Organismos de Investimento Coletivo, estabelecido pela Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, e regulamentação complementar emitida por esta entidade, no âmbito das competências que lhe estão atribuídas através do Decreto-Lei nº 27/2023, de 28 de abril, o qual aprova o novo Regime da Gestão de Ativos.

As políticas contabilísticas mais significativas, utilizadas na preparação das Demonstrações Financeiras, foram as seguintes:

Especialização de períodos

O OIC regista as suas receitas e despesas de acordo com o princípio da especialização de períodos, sendo reconhecidas à medida que são geradas, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

Os juros de aplicações são registados pelo montante bruto na rubrica “Juros e proveitos equiparados”.

Carteira de Títulos e Valorização das unidades de participação

- a) O valor da unidade de participação é calculado diariamente nos dias úteis e determina-se pela divisão do valor líquido global do OIC pelo número de unidades de participação em circulação. O valor líquido global do OIC é apurado deduzindo, à soma dos valores que o integram, o montante de comissões e encargos até ao momento da valorização da carteira.
- b) O valor das unidades de participação será calculado às 17.00h, hora portuguesa, sendo este o momento de referência para o cálculo.
- c) Os ativos denominados em moeda estrangeira serão valorizados diariamente utilizando o câmbio indicativo divulgado pelo Banco de Portugal e pelo Banco Central Europeu, com exceção para aqueles cujas divisas não se encontrem cotadas. Neste caso utilizar-se-ão os câmbios difundidos ao meio-dia de Lisboa, por entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- d) Contam para efeitos de valorização da unidade de participação para o dia da transação as operações sobre os valores mobiliários e instrumentos derivados transacionadas para o OIC e confirmadas até ao momento de referência. As subscrições e resgates recebidos em cada dia (referentes a pedidos do dia útil anterior) contam, para efeitos de valorização da unidade de participação, para esse mesmo dia.

- e) A valorização dos valores mobiliários e instrumentos derivados admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base na última cotação conhecida no momento de referência; não havendo cotação do dia em que se esteja a proceder à valorização, ou não podendo a mesma ser utilizada, designadamente por ser considerada não representativa, tomar-se-á em conta a última cotação de fecho conhecida, desde que a mesma se tenha verificado nos 15 dias anteriores ao dia em que se esteja a proceder à valorização.
- f) Tratando-se de valores representativos de dívida admitidos à negociação num mercado regulamentado, caso os preços praticados em mercado não sejam considerados representativos, podem ser considerados para efeitos de avaliação:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários.
- g) Quando a última cotação tenha ocorrido há mais de 15 dias, os valores mobiliários e instrumentos derivados são considerados como não cotados para efeitos de valorização, aplicando-se o disposto na alínea seguinte.
- h) A valorização de valores mobiliários e instrumentos derivados não admitidos à cotação ou negociação em mercados regulamentados será feita com base nos seguintes critérios:
 - a. As ofertas de compra firmes ou na impossibilidade de obtenção, o valor médio das ofertas de compra e venda, com base na informação difundida através de entidades especializadas, que não se encontrem em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade Gestora, nos termos dos artigos 20º e 21º do Código dos valores Mobiliários;
 - b. Modelos teóricos de avaliação, que a Sociedade Gestora considere mais apropriados atendendo às características do ativo ou instrumento derivado. A avaliação pode ser efetuada por entidade subcontratada.
- i) Os valores representativos de dívida de curto prazo serão avaliados com base no reconhecimento diário do juro inerente à operação.
- j) Para efeitos da determinação do custo dos títulos vendidos é utilizado o critério FIFO.

Impostos

Os rendimentos obtidos por fundos de poupança reforma que se constituam e operem de acordo com a legislação nacional estão isentos em sede de IRC.

No entanto, serão tributados autonomamente, à taxa de 23%, os lucros distribuídos por entidades sujeitas a IRC a sujeitos passivos que beneficiam de isenção total, considerando-se como tal os fundos de poupança reforma, quando as partes sociais a que respeitam os lucros não tenham permanecido na titularidade do fundo, de modo ininterrupto, durante o ano anterior à data da sua colocação à disposição e não venham a ser mantidas durante o tempo necessário para completar esse período.

Desde 1 de janeiro de 2019, passaram a encontrar-se sujeitas a imposto do selo, à taxa de 4% as comissões de gestão e depósito, suportadas pelo fundo e as comissões de subscrição e reembolso, suportadas pelos participantes.



10. RESPONSABILIDADES

A 30 de junho de 2026, o OIC tem acordado junto do Millennium BCP uma facilidade de limite máximo de descoberto intradiário na conta corrente no valor de €1.000.000, a qual não se encontra a ser utilizada, constituindo-se, assim, como uma responsabilidade potencial.

11. EXPOSIÇÃO AO RISCO CAMBIAL

Em 30 de junho de 2026, as posições cambiais mantidas pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

Moedas	À Vista	A Prazo					Posição Global
		Forward	Futuros	Swaps	Opções	Total a prazo	
USD	251 187	-	143 125	-	-	143 125	394 312
Contravalor Euro	220 455	-	125 614	-	-	125 614	346 069

12. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE TAXA DE JURO

Em 30 de junho de 2026, os ativos com taxa de juro fixa detidos pelo OIC podem resumir-se da seguinte forma:

(Valores em Euro)

Maturidades	Montante em Carteira (A)	Extrapatrimoniais (B)				Saldo (A)+(B)
		FRA	Swaps (IRS)	Futuros	Opções	
de 0 a 1 ano	-	-	-	-	-	-
de 1 a 3 anos	-	-	-	-	-	-
de 3 a 5 anos	99 290	-	-	-	-	99 290
de 5 a 7 anos	-	-	-	-	-	-
mais de 7 anos	136 281	-	-	119 400	-	255 681

13. EXPOSIÇÃO AO RISCO DE COTAÇÕES

Em 30 de junho de 2026, a exposição ao risco de cotações pode resumir-se da seguinte forma:

AÇÕES E VALORES SIMILARES	MONTANTE (Euros)	EXTRA-PATRIMONIAIS		SALDO
		Futuros	Opções	
Ações	-	289 710	-	289 710
Direitos	-	-	-	-

14. EXPOSIÇÃO GLOBAL EM INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVADOS

O cálculo da exposição em instrumentos financeiros derivados é efetuado através do método dos compromissos, nos termos do artigo 187º do Decreto-Lei nº 27/2023.

15. CUSTOS IMPUTADOS

Os custos imputados ao OIC durante o período findo em 30 de junho de 2026 apresentam a seguinte composição:

(Valores em Euro)

Custos	Categoria FA		Categoria FR	
	Valor	%VLGF (1)	Valor	%VLGF (1)
Comissão de Gestão Fixa	9 303	1.01%	155	1.01%
Comissão de Depósito	573	0.06%	9	0.06%
Taxa de Supervisão	591	0.06%	9	0.06%
Custos de Auditoria	2 113	0.23%	35	0.23%
Encargos outros OIC	2 160	0.23%	36	0.23%
Outros Custos Correntes	144	0.02%	2	0.02%
TOTAL	14 883		247	
TAXA DE ENCARGOS CORRENTES	1.62%		1.62%	

(1) Percentagens calculadas sobre a média diária do valor do Fundo relativa ao período de referência anualizada



i m | g | a |

Relatório de Auditoria

Referente ao período findo em 30 de junho de 2026

Relatório de auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas do IMGA Crescimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma (o «OIC») gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. («Entidade Gestora»), que compreendem o Balanço em 30 de junho de 2026 (que evidencia um total de 2 559 902 euros e um total de capital do OIC de 2 530 759 euros, incluindo um resultado líquido de 192 115 euros), a Demonstração dos resultados, a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período de seis meses findo naquela data, e as Divulgações às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira do IMGA Crescimento PPR/OICVM - Fundo de Investimento Aberto de Ações de Poupança Reforma, gerido pela IM Gestão de Ativos – Sociedade Gestora de Organismos de Investimento Coletivo, S.A. em 30 de junho de 2026 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período de seis meses findo naquela data, de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes do OIC nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão da Entidade Gestora é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do OIC de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal para os Organismos de Investimento Coletivo em Valores Mobiliários;
- elaboração do Relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade do OIC de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.



O órgão de fiscalização da Entidade Gestora é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do OIC.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

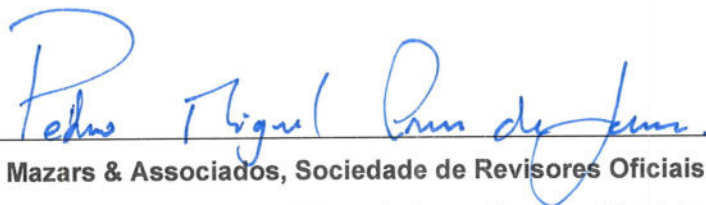
- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade Gestora do OIC;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão da Entidade Gestora do OIC, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do OIC para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o OIC descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação da Entidade Gestora do OIC, incluindo o órgão de fiscalização da Entidade Gestora do OIC, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares**Sobre o Relatório de gestão**

Em nossa opinião, o Relatório de gestão, foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o OIC, não identificámos incorreções materiais.

Lisboa, 27 de agosto de 2026



Forvis Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A

Representada por Pedro Miguel Pires de Jesus (Revisor Oficial de Contas n.º 1930 e registado na CMVM com o n.º 20190019)